



Junte-se à MPV nº 927, de 2020.
(assinado digitalmente)
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Supremo Tribunal Federal

Ofício nº 1.815/R

Brasília, 24 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6.352

REQUERENTE: Solidariedade

INTERESSADO: Presidente da República

AMICI CURIAE: Central Única dos Trabalhadores – CUT
União Geral dos Trabalhadores – UGT
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
Força Sindical
Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB
Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Confederação Nacional da Indústria

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do ato cuja cópia segue anexa, assentei a perda de objeto da ação direta de inconstitucionalidade nº 6.352 e do agravo interno formalizado pelo Conselho Federal do Instituto dos Advogados Previdenciários – Iape.

Atenciosamente,

Ministro MARCO AURELIO
Relator

/rs



*Supremo Tribunal Federal***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.352 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S)	: SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S)	: DANIEL SOARES ALVARENGA DE MACEDO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT
AM. CURIAE.	: UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES - UGT
AM. CURIAE.	: CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL - CTB
AM. CURIAE.	: FORÇA SINDICAL
AM. CURIAE.	: CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB
AM. CURIAE.	: NOVA CENTRAL SINDICAL DOS TRABALHADORES - NCST
ADV.(A/S)	: JOSÉ EYMARD LOGUERCIO
AM. CURIAE.	: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S)	: SILVIA RODRIGUES GALLO
AM. CURIAE.	: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S)	: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES

Petição/STF nº 57.527/2020

DECISÃO

**AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE – OBJETO
– PERDA.**

1. O assessor Hazenclever Lopes Cançado Júnior prestou as seguintes informações:

Solidariedade ajuizou esta ação direta com a finalidade de ver declarada a incompatibilidade, com a Constituição Federal, dos artigos 2º, 3º, inciso VI; 14, cabeça e parágrafos 1º e 2º; 15,



assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código C361-4CE6-E36A-14A5 e senha 5171-7273-24E7-56C6

*Supremo Tribunal Federal***ADI 6352 / DF**

cabeça e parágrafos 1º a 3º; 16, cabeça e parágrafos 1º e 2º; 26, cabeça e incisos I e II; 27; 28; 29; 31, cabeça e incisos I a IV; e 36 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, a versar medidas voltadas ao enfrentamento da pandemia de covid-19.

Vossa Excelência, em 1º de abril de 2020, indeferiu a providência de urgência, submetendo a decisão ao crivo do Pleno e determinando fossem colhidas informações, manifestação da Advocacia-Geral da União e parecer da Procuradoria-Geral da República.

O Colegiado Maior, em 8 de maio seguinte, negou referendo, em parte, ao pronunciamento, suspendendo a eficácia dos artigos 29 e 31 da norma impugnada.

Em 27 de maio imediato, Vossa Excelência indeferiu o ingresso do Conselho Federal do Instituto dos Advogados Previdenciários – Iape como terceiro interessado. Ante a interposição de agravo, liberou o processo para inclusão no calendário de julgamentos virtuais, visando apreciação do recurso. Eis a ata:

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio (Relator), Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber e Roberto Barroso, que negavam provimento ao agravo; e dos votos dos Ministros Dias Toffoli (Presidente), Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Luiz Fux, que não conheciam do agravo, o julgamento foi suspenso para aguardar o voto do Ministro Celso de Mello, que não participou deste julgamento por motivo de licença médica. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

A Procuradoria-Geral da República preconiza seja reconhecido o prejuízo do pedido. Aponta perda de eficácia da Medida Provisória, a qual não foi convertida em lei no prazo do



*Supremo Tribunal Federal***ADI 6352 / DF**

artigo 62, parágrafos 3º e 11, da Constituição Federal. Menciona precedentes.

Consulta ao sítio do Congresso Nacional revelou publicado, no Diário Oficial da União de 31 de julho último, o Ato Declaratório nº 92, subscrito pelo Presidente da Mesa, a versar o exaurimento dos efeitos da norma questionada.

2. Considerado o término, em 19 de julho último, do prazo de vigência da Medida Provisória nº 927/2020, ausente conversão em lei, esgotaram-se os efeitos jurídicos, a implicar o prejuízo do que pleiteado na ação direta e no agravo interposto pelo Conselho Federal do Instituto dos Advogados Previdenciários – Iape.

3. Assento a perda de objeto desta ação e do agravo interno formalizado pelo Conselho Federal do Instituto dos Advogados Previdenciários – Iape.

4. Publiquem.

Brasília, 22 de setembro de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

